

MINISTÉRIO DA SAÚDE
GABINETE DO MINISTRO

Desp. 21/95 - O Dec. Regul. 42/93, de 27-11, que estabeleceu o regime do licenciamento e da fiscalização das unidades privadas com ou sem fins lucrativos, que actuem no campo da prevenção secundária, através da prestação de cuidados de saúde na área da toxicodependência, previu, para o efeito, a realização de vistorias, a efectuar pelos serviços competentes da Direcção-Geral da Saúde, coadjuvados por técnicos do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, estabelecendo ainda contra-ordenações para o incumprimento dos requisitos exigíveis às unidades de saúde. A experiência colhida demonstrou que a indeterminação de alguns dos conceitos inerentes a esses requisitos, tal como se encontram formulados naquele decreto regulamentar, impõe a sua concretização em normas específicas que, servindo de guia para os técnicos incumbidos de efectuar as vistorias, constituam um factor de garantia da segurança dos particulares interessados. Nestes termos, e considerando o disposto no art.6.º do Dec. Regul. 42/93, de 27-11, determino:

1 - São aprovados os requisitos a que devem obedecer quanto a instalações, organização e funcionamento das unidades privadas, com ou sem fins lucrativos, que actuem no campo da prevenção secundária, através da prestação de cuidados de saúde na área da toxicodependência, constantes das normas anexas ao presente despacho, de que fazem parte integrante.

2 - O presente despacho entra em vigor no dia um do mês seguinte ao de sua publicação.

4-8-95. - O Ministro da Saúde Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.

ANEXO

Requisitos a que Devem Obedecer as Unidades Privadas, com ou sem Fins Lucrativos, que Actuem no Campo da Prevenção Secundária, através de Prestação de Cuidados de Saúde na Área da Toxicodependência.

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

As presentes normas, incluindo os anexos I a VI, que delas fazem parte integrante, estabelecem os requisitos que as unidades privadas de saúde previstas no art. 1.º do Decreto Regulamentar n.º 42/93, de 27-11, adiante abreviadamente designadas por unidades, devem observar quanto a instalações, organização e funcionamento.

Artigo 2.º

Designação

As unidades devem adoptar designações que permitam a sua distinção das instituições e serviços oficiais prestadores de cuidados de saúde abrangidos pelo Serviço Nacional de Saúde.

Artigo 3.º

Sistema de promoção e garantia de qualidade

1 - As unidades devem dispor de um sistema de promoção e garantia de qualidade que permita a prestação de cuidados de saúde personalizados e de elevado nível qualitativo.

2 - O sistema de promoção e garantia de qualidade deve ter por fundamentos padrões e critérios aferíveis com objectividade, em todas as áreas de actividade técnica, assistencial e humana.

TÍTULO II

Unidades de internamento

CAPÍTULO I

Clínicas de desabituação ou clínicas de desintoxicação

SECÇÃO I

Instalações

SUBSECÇÃO I

Localização

Artigo 4.º

Meio físico

As unidades devem situar-se em meios físicos salubres e bem arejados, de fácil acessibilidade e que disponham de infra-estruturas viárias, de abastecimento de água, de saneamento, de recolha de lixos, de energia eléctrica e de telecomunicações.

SUBSECÇÃO II

Edifício

Artigo 5.º

Instalação

I - As unidades devem ser instaladas em edifícios com estrutura de betão, exclusivamente destinados a esse fim.

2 - Excepcionalmente, salvo se a natureza das demais actividades exercidas nos edifícios o desaconselhe, é admitida a instalação das unidades em parte de edifícios, desde que:

a) Haja total independência, designadamente das instalações técnicas especiais, em relação aos demais ocupantes do edifício;

b) Os acessos e circulações sejam privativos.

3 - Excepcionalmente, é ainda admitida a instalação de unidades em edifícios remodelados, com estrutura de alvenaria, desde que no respectivo licenciamento tenha sido observado o disposto no Dec.-Lei 445/91, de 20-11, nomeadamente ao seu art. 6.º, sem nenhuma das excepções nele consagradas.

Artigo 6.º

Acessos

1 - As unidades devem, tanto quanto possível, ter um acesso para utentes e público e outro de serviço.

2 - O acesso do público, bem como dos utentes, far-se-á através da entrada principal.

3 - O acesso de serviço deve garantir a compatibilidade entre os vários tipos de abastecimento às unidades.

4 - As instalações devem permitir a fácil circulação e deslocação de utentes e público, garantindo a eliminação de barreiras arquitectónicas, bem como proporcionar o fácil acesso a todos os locais das mesmas.

Artigo 7.º

Normas genéricas de construção

1 - As instalações devem obedecer à legislação em vigor, nomeadamente ao Regulamento Geral de Edificações Urbanas e a todas as normas e regulamentos de segurança, tais como o Regulamento de Segurança de Instalações de Utilização de Energia Eléctrica, o Regulamento das Características do Comportamento Térmico dos Edifícios, o Regulamento de Segurança de Elevadores e o Regulamento de Segurança Contra Incêndios.

2 - Os revestimentos de tectos, paredes e pavimentos devem permitir uma limpeza fácil e, quando necessário, a sua desinfecção sem degradação prematura.

3 - As instalações devem, de um modo geral, garantir boas condições de conforto térmico, acústico e completa ausência de cheiros e fumos.

Artigo 8.º

Circulações

1 - Os corredores destinados a circulação de camas e macas devem ter a largura mínima de 2,20 m.

2 - Sempre que a unidade se desenvolver por mais de um piso, deve haver uma escada principal e, pelo menos, outra de serviço.

3 - Todas as escadas onde, em situações de comprovada emergência, seja forçada a circulação de macas, devem ter largura não inferior a 1,40 m e uma inclinação de acordo com a legislação em vigor.

4 - As portas das salas utilizadas na passagem de macas ou camas, designadamente salas de tratamento e de urgência, devem ter o mínimo de 1,40 m de largura útil e dois batentes.

5 - As portas dos quartos devem ter o mínimo de 1,10 m de largura útil.

Artigo 9.º

Internamento e apoios

1 - As unidades devem dispor de áreas de internamento com instalações hoteleiras e seus apoios.

2 - As áreas referidas no número anterior são constituídas pelas instalações e equipamentos mínimos descritos no anexo 1.

Artigo 10.º

Serviço de farmácia

1 - As unidades devem dispor de serviço de farmácia, dotado de instalações próprias.

2 - As instalações previstas no número anterior devem ser convenientemente localizadas, assinaladas e permitir a boa conservação e inspecção dos medicamentos.

SUBSECÇÃO III

Instalações técnicas e equipamentos especiais

Artigo 11.º

Generalidades

I - As unidades devem ser dotadas de instalações técnicas e equipamentos especiais que permitam criar adequadas condições de

prestação de serviço e de conforto e ambiente, de acordo com padrões actuais de qualidade e segurança.

2 - Para os efeitos do número anterior, as instalações técnicas e equipamentos especiais mínimos a prever são os seguintes:

- a) Instalações eléctricas;
- b) Aparelhos elevadores;
- c) Aquecimento, ventilação e ar condicionado;
- d) Desinfecção e esterilização de materiais e equipamentos
- e) Destino final dos resíduos hospitalares;
- f) Alimentação;
- g) Serviços de lavandaria;
- h) Equipamentos frigoríficos;
- i) Abastecimento de águas e tratamento de efluentes;
- j) Segurança contra incêndios e intrusão.

3 - O projecto, concepção e funcionamento das instalações técnicas e equipamentos especiais devem obedecer às normas em vigor, bem como às recomendações específicas que a natureza dos vários serviços venha a justificar.

Artigo 12.º

Sistema de chamada de enfermeiro

1 - As unidades devem dispor de um sistema que permita a chamada de enfermeiro pelos utentes.

2 - O sistema de chamada de enfermeiro deve possuir um sinalizador luminoso de confirmação de chamada, localizado junto à cabeceira da cama ou em local visível pelo utente.

3 - O sinalizador a que se refere o número anterior deve ser instalado de modo que o cancelamento só possa ser efectuado no próprio compartimento onde se efectuou a chamada.

4 - Os demais compartimentos a que o utente tenha acesso, designadamente casas de banho, sanitários, refeitórios e salas de estar, devem estar equipados com sistema de chamada equivalente ao previsto nos números anteriores.

Artigo 13.º

Fornecimento de energia eléctrica em situações de emergência

1 - Sem prejuízo dos sistemas de iluminação de emergência legalmente previstos, a unidade deve possuir um gerador de emergência que entre automaticamente em funcionamento sempre

que haja uma falha de energia da rede.

2 - O gerador a que se refere o número anterior deve assegurar a alimentação dos sistemas essenciais, designadamente:

- a) Iluminação geral;
- b) No mínimo, 20% das tomadas de corrente em toda a unidade;
- c) Central telefónica e sistemas de segurança.

Artigo 14.º

Aparelhos elevadores

1 - Sempre que o edifício da unidade tenha um desenvolvimento em altura superior a um piso, deve dispor de elevadores, sendo um deles, pelo menos, dimensionado para o transporte de camas, com o mínimo de 2,40 m, 1,40m e 2,10 m, respectivamente, de comprimento, largura e altura.

2 - Os elevadores devem ser dotados de portas automáticas, com célula foto-eléctrica, devendo, pelo menos, o monta-camas ser alimentado a partir da rede de emergência.

Artigo 15.º

Climatização

1 - As unidades devem ser dotadas de equipamentos de aquecimento e ventilação que garantam adequadas condições de conforto e de higiene.

2 - As instalações para condicionamento de ar, quando previstas, devem obedecer aos requisitos previstos no anexo II.

3 - O comportamento térmico dos edifícios e a sua climatização devem obedecer às normas regulamentares em vigor.

Artigo 16.º

Desinfecção e esterilização

1 - As unidades devem assegurar, por si ou com recurso a terceiros, a desinfecção e a esterilização dos materiais e equipamentos utilizados que delas precisem, podendo, em alternativa, recorrer à utilização de materiais e equipamentos de uso único.

2 - No caso de a desinfecção e de a esterilização dos materiais e equipamentos referidos no número anterior serem asseguradas pela própria unidade, as condições mínimas a respeitar são as estipuladas

no anexo III.

3 - Em caso de recurso a materiais de uso único, estes devem ser armazenados na farmácia e ter inscritos os respectivos prazos de validade.

Artigo 17.º

Resíduos hospitalares

1 - Sempre que a unidade produzir lixos considerados infestados, deve assegurar, por si ou com recurso a terceiros, a respectiva destruição, por incineração ou outro meio igualmente eficaz, de forma a não pôr em causa a saúde pública e o ambiente, nos termos da legislação em vigor.

2 - No caso de a eliminação dos resíduos hospitalares ser assegurada pela própria unidade, esta deve dispor do equipamento adequado para a sua destruição, nos termos do número anterior.

3 - A separação do lixo infectado do não infectado deve ser feita de acordo com o disposto no Desp. 16/90, do Ministro da Saúde, publicado no DR 2.ª, de 21-8-90.

Artigo 18.º

Alimentação

1 - As unidades devem assegurar, por si ou com recurso a terceiros, a alimentação.

2 - Sempre que as unidades assegurem a confecção da alimentação, devem possuir áreas adequadas para armazenamento, conservação e preparação dos géneros alimentares, com o equipamento mínimo descrito no n.º I do anexo IV.

3 - Nos casos em que as unidades não assegurem a confecção da alimentação, é obrigatória a existência de um compartimento próprio para preparação de pequenos-almoços, lanches e refeições leves, com o equipamento mínimo descrito no n.º 2 do anexo IV.

Artigo 19.º

Serviço de lavandaria

1 - As unidades devem assegurar, por si ou com recurso a terceiros, a lavagem e tratamento das roupas utilizadas, devendo, em qualquer dos casos, existir condições para desinfecção de roupa infecto-contagiosa.

2-Sempre que as unidades assegurem a lavagem e tratamento da

roupa utilizada, devem possuir, em função do volume respectivo, os equipamentos mínimos descritos no n.º 1 do anexo V.

3-Nos casos em que as unidades não assegurem a lavagem e tratamento da roupa utilizada, devem possuir os equipamentos mínimos descritos no n.º 2 do anexo V.

Artigo 20.º

Equipamentos frigoríficos

1 - Sempre que as unidades assegurem a confecção da alimentação, devem dispor dos equipamentos frigoríficos, com a capacidade adequada, descritos no n.º 1 do anexo VI.

2 - Nos casos em que as unidades não asseguram a confecção da alimentação, devem dispor dos equipamentos frigoríficos com capacidade adequada, descritos no n.º 2 do anexo VI.

Artigo 21.º

Depósitos de reserva de água

1 - As unidades apenas podem dispor de depósitos de água para o consumo quando as entidades públicas da distribuição de água não puderem assegurar o abastecimento em boas condições de caudal e de pressão.

2 - Sempre que admitidos, nos termos do número anterior, os depósitos de reserva de água devem ser objecto de controlo sanitário, por forma a garantir a compatibilidade da qualidade da água com o uso; a que se destina, devendo ainda obedecer às normas do Regulamento de Segurança Contra Incêndios.

Artigo 22.º

Tratamento das águas residuais domésticas

1 - As entidades gestoras dos sistemas públicos de drenagem de águas residuais devem definir as condições de descarga das águas residuais das unidades nos seus sistemas, nos termos da legislação em vigor.

2 - A existência de águas residuais infecto-contagiosas implica o seu pré-tratamento por desinfecção, antes do seu lançamento nos sistemas públicos de drenagem.

3 - As características dos respectivos efluentes, bem como as águas residuais gordurosas e quentes, devem obedecer às normas regulamentares em vigor.

SECÇÃO II

Organização e funcionamento

Artigo 23.º

Direcção técnica

As unidades devem dispor de responsáveis técnicos com habilitação e formação adequadas nas áreas médica, de apoio psicológico e de enfermagem, com consultoria de um médico psiquiatra.

Artigo 24.º

Pessoal

- 1 - As unidades devem dispor de pessoal técnico devidamente habilitado e com formação adequada.
- 2 - As unidades devem assegurar, no funcionamento nos seus serviços, a presença física permanente de pessoal de enfermagem.
- 3 - Sempre que solicitado pelas entidades competentes, as unidades devem facultar a relação do seu pessoal, incluindo as respectivas categorias profissionais, habilitações, descrição de funções e escalas de serviço.

Artigo 25.º

Recurso ao exterior

As unidades só podem recorrer a serviços de terceiros, no âmbito do diagnóstico, do tratamento ou da disponibilização de outros meios indispensáveis ao exercício das suas funções, quando aqueles se encontrem, nos termos da legislação em vigor, acreditados para o efeito.

Artigo 26.º

Registos e processos clínicos

- I - É obrigatória a existência, nas unidades, de um registo de todos os utentes atendidos, que garanta a confidencialidade dos processos clínicos.

2 - Nos processos clínicos dos utentes são registados designadamente, os exames e os tratamentos efectuados, a identificação dos responsáveis pela respectiva prescrição e execução e as datas de tratamento, de internamento e de alta, bem como a situação clínica à data da alta, ou, não tendo havido internamento, à data da observação.

Artigo 27.º

Seguro de actividade

1 - A actividade das unidades deve ser exercida no respeito pela garantia dos seguintes requisitos:

- a) Segurança das instalações;
- b) Segurança no funcionamento e manuseamento dos equipamentos;
- c) Disponibilidade dos medicamentos e outros produtos e serviços indispensáveis à prestação dos cuidados de saúde;
- d) Segurança, higiene e qualidade dos cuidados de saúde, de acordo com o regime de prestação adoptado.

2 - Para os efeitos do número anterior, a responsabilidade civil pode ser transferida, total ou parcialmente, para empresas de seguros

Artigo 28.º

Regulamento Interno e tabela de preços

1 - As unidades devem dispor de um regulamento interno, homologado pelo despacho que atribuir a licença de funcionamento.

2 - O regulamento interno, bem como a tabela de preços deve ser afixado em local bem visível e acessível aos utentes.

Artigo 29.º

Livro de reclamações

1 - As unidades devem ter um livro de reclamações dos utentes, insusceptível de ser adulterado, com termo de abertura datado e assinado pelo presidente do conselho de administração do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT).

2 - As unidades devem enviar ao SPTT, sempre que solicitado, cópia autenticada das reclamações efectuadas pelos utentes.

3 - É obrigatória a divulgação da existência do livro de reclamações a todos os utentes, designadamente pela afixação dessa informação em local bem visível.

CAPÍTULO II

Comunidades terapêuticas ou comunidades residenciais de estada prolongada

SECÇÃO I

Instalações

SUBSECÇÃO I

Localização

Artigo 30.º

Meio físico

Às unidades a que respeita este capítulo aplica-se o disposto no artigo 4.º

SUBSECÇÃO II

Edifício

Artigo 31.º

Instalação, acessos e normas genéricas de construção

Às unidades a que respeita este capítulo aplica-se o disposto nos artigos 5.º, 6.º e 7.º

Artigo 32.º

Internamento e apoios

1 - As unidades devem dispor de quartos com uma área mínima de 8 m², por quarto individual e de mais 5 m² por cada cama adicional, no caso de quartos múltiplos.

2 - Devem existir instalações sanitárias para utentes na zona dos quartos, na proporção de uma cabina e lavatório por cada cinco utentes e com um duche por cada cinco utentes.

3 - Devem ainda existir instalações sanitárias para o pessoal.

Artigo 33.º

Sala de actividades

1 - As unidades devem dispor de uma sala destinada a actividades pedagógicas e de formação.

2-A sala referida no número anterior deve estar equipada e possuir área, acabamentos e instalações em conformidade com as actividades a desenvolver, respeitando as respectivas normas de higiene e segurança, não podendo a sua área ser inferior a 14 m², por unidade de 25 camas, considerando a sua utilização por 50% dos utentes.

Artigo 34.º

Sala polivalente

As unidades devem dispor de uma sala polivalente destinada ao convívio, reuniões, actividades recreativas de grupo, encontros vários e ou refeições não podendo a sua área ser inferior à definida no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 35.º

Outros espaços

As unidades devem ainda dispor de um espaço exterior destinado a actividades de ar livre, não podendo a área respectiva ser inferior à definida no n.º 2 do artigo 33.º

SUBSECÇÃO III

Instalações técnicas e equipamentos especiais

Artigo 36.º

Serviço de lavandaria, equipamentos frigoríficos depósitos de reserva de água e tratamento das águas residuais domésticas

Às unidades a que respeita este capítulo aplica-se o disposto nos artigos 19.º a 22.º

Artigo 37.º
Generalidades

1 - O projecto, concepção e funcionamento das instalações técnicas e equipamentos especiais devem obedecer às normas em vigor, bem como às recomendações específicas que a natureza dos vários serviços venha a justificar, de modo a criar adequadas condições de prestação de serviços, de conforto e ambiente, de acordo com padrões actuais de qualidade e segurança.

2 - Para os efeitos do número anterior, as instalações eléctricas e equipamentos especiais mínimos a prever são os seguintes:

- a) Instalações eléctricas;
- b) Destino final dos resíduos;
- c) Alimentação;
- d) Serviços de lavandaria;
- e) Equipamentos frigoríficos;
- f) Abastecimento de águas e tratamento de efluentes;
- g) Segurança contra incêndios e intrusão.

Artigo 38.º
Fornecimento de energia eléctrica em situações de emergência

Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, a unidade deve possuir condições próprias que permitam o seu funcionamento em situações de emergência, designadamente no que diz respeito aos sistemas de iluminação de emergência, central telefónica e sistema de segurança.

Artigo 39.º
Destino final dos resíduos

1 - As unidades devem assegurar, por si ou com recurso a terceiros, a destruição, por incineração ou outro meio igualmente eficaz, dos resíduos produzidos, de forma a não pôr em causa a saúde pública e o ambiente, nos termos da legislação em vigor.

2 - No caso de a eliminação dos resíduos ser assegurada pelas próprias unidades, estas devem dispor do equipamento adequado para a sua

destruição, nos termos do número anterior.

Artigo 40.º
Alimentação

Às unidades a que respeita este capítulo aplica-se o disposto no artigo 18.º

SECÇÃO II

Organização e funcionamento

Artigo 41.º
**Registos e processos clínicos, seguro de actividade,
regulamento interno e tabela de preços, livro de reclamações**

Às unidades a que respeita este capítulo aplica-se o disposto nos artigos 26.º a 29.º

Artigo 42.º
Direcção técnica

As unidades devem dispor de responsáveis técnicos com habilitação e formação adequada na área psicoterapêutica e ou socioterapêutica, com apoio médico de clínica geral e consultoria em psiquiatria.

Artigo 43.º
Pessoal

I - As unidades devem dispor de pessoal técnico devidamente habilitado e com formação adequada, incluindo o necessário para actividades a desenvolver.

2 - As unidades devem assegurar, no funcionamento dos seus serviços, a presença física permanente de pessoal técnico devidamente habilitado e com formação adequada.

3 - Sempre que solicitado pelas entidades competentes, as unidades devem facilitar a relação do seu pessoal, incluindo as respectivas categorias profissionais, habilitações, descrição de funções e escalas

de serviço.

TÍTULO III

Unidades de tratamento ambulatorio

CAPÍTULO I

Centros de consultas

SECÇÃO I

Instalações

Artigo 44.º

Salas e apoios

1 - As unidades devem dispor de salas de consulta com área mínima de 12 m² e largura mínima de 2,60 m.

2 - Devem igualmente ser consideradas sala de espera, recepção e instalações sanitárias, bem como, se for caso disso, sala de tratamentos e observação com dimensões idênticas às previstas no anexo I.

SECÇÃO II

Organização e funcionamento

Artigo 45.º

Registos e processos clínicos, seguro de actividade, regulamento interno e tabela de preços, livro de reclamações

Às unidades previstas neste capítulo aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 26.º a 29.º

Artigo 46.º

Direcção técnica e pessoal

As unidades devem dispor de equipas constituídas por médicos, psicólogos e outros técnicos de saúde, sob a supervisão de um psiquiatra.

CAPÍTULO II

Centros de dia

SECÇÃO I

Instalações

Artigo 47.º

Instalação e normas genéricas de construção

Às unidades a que respeita este capítulo aplica-se o disposto nos artigos 5.º e 7.º

Artigo 48.º

Gabinetes salas e apoios

I - As unidades devem dispor de gabinetes destinados a locais de trabalho dos técnicos e à recepção e atendimento de utentes e familiares.

2-A área mínima de cada um dos gabinetes referidos no número anterior deve ser de 9 m².

3 - As unidades devem possuir uma sala destinada a actividades ocupacionais diversificadas.

4 - Em cada sessão de actividades, a taxa de ocupação da sala referida no número anterior não pode ser inferior a uma área de 1,50 m² por utente.

5 - Devem ainda existir instalações sanitárias para o pessoal e utentes.

SECÇÃO II

Organização e funcionamento

Artigo 49.º

Registos e processos clínicos, seguro de actividades, regulamento interno e tabela de preços e livro de reclamações

Às unidades previstas neste capítulo aplica-se com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 26.º a 29.º

Artigo 50.º

Direcção técnica e pessoal

As unidades devem dispor de responsáveis técnicos com habilitação e formação adequadas nas áreas da psicologia e socioterapia.

TÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 51.º

Fiscalização

Compete ao SPTT emitir orientações específicas relativamente às situações determinadas pela diferenciação técnica requerida ou pela evolução científica e técnica, no âmbito da realização das vistorias a efectuar para atribuição de licença de funcionamento e para fiscalização do cumprimento do disposto no Dec. Regul. 42/93, de 27-11, e nas presentes normas.

Artigo 52.º

Norma transitória

1 - As unidades em funcionamento à data da entrada em vigor das presentes normas devem, no prazo de um ano a contar da data da realização da vistoria a que se refere o n.º 2 do art. 6.º do Dec. Regul. 42/93, de 27-11, ter o respectivo processo de adaptação, de acordo com os requisitos estabelecidos nas presentes normas.

2 - Para os efeitos do número anterior devem ser tidas em consideração as limitações dos espaços envolventes e dos edifícios e instalações onde as unidades se encontram a funcionar, no respeito

pela garantia das condições de segurança, higiene e qualidade técnica e assistencial indispensáveis

3 - O sistema de fornecimento de energia eléctrica em situação de emergência deve, em qualquer caso, assegurar a alimentação sem interrupção, dos sistemas ou equipamentos previstos nas als. a) a c) do n.º 2 do art. 13.º e do n.º 2 do art. 20.º

4 - O prazo previsto no n.º 1 pode ser excepcionalmente prorrogado por períodos sucessivos de 30 dias, até ao limite máximo de 180 dias, mediante despacho do presidente do conselho de administração do SPTT.

ANEXO I

Instalações e Equipamentos Mínimos a Considerar nas Áreas ou Unidades de Internamento e seus Apoios, para os Efeitos, Designadamente, do n.º 2 do Artigo 9.º e do n.º 2 do Artigo 44.º

I - Instalações:

1.1 - Por área ou unidade funcional de internamento de utentes, são consideradas as seguintes estruturas:

1.1.1 - Sala de estar ou de visitas, com instalação sanitária, situada de modo a não incomodar os utentes e cujo acesso não prejudique os locais de circulação de utentes e pessoal;

1.1.2 - Sala de enfermagem e ou técnicos, com área mínima de 1,2 m² e boa visibilidade para o corredor da unidade;

1.1.3 - Sala de observação e de tratamento, com área mínima de 16 m² e largura mínima de 3,5 m, dispensável quando na unidade só existam quartos individuais;

1.1.4 - Instalações sanitárias para utentes, adaptadas à utilização por deficientes, com as portas a abrir para o exterior, cortadas pelo menos a 30 cm do pavimento e com fechaduras de fácil abertura pelo pessoal;

1.1.5 - Instalações sanitárias para o pessoal;

1.1.6 - Sempre que não forem centralizados, devem ser considerados vestiários de pessoal com instalações sanitárias próprias;

1.1.7 - Sala de sujos e despejos, equipada com pia hospitalar, lavatório de parede e sistema de lavagens, desinfecção, esterilização e aquecimento de arrastadeiras ou processo de eliminação das mesmas, se descartáveis;

1.1.8 - Copa, com área mínima de 8 m², por unidade de 25 camas;

1.1.9 - Refeitório, com área mínima de 14 m² por unidade de 25 camas (considerando, a sua utilização por 50% dos utentes), dispensável quando na mesma só existam quartos individuais;

1.2 - Os quartos de internamento de utentes devem obedecer aos seguintes requisitos:

1.2.1 - Serão considerados quartos com uma ou mais camas, sendo obrigatória a existência de dois quartos individuais por cada conjunto de 25 camas;

1.2.2 - Nos quartos de uma, duas, três e quatro camas, as áreas mínimas úteis são, respectivamente, de 14 m², 18 m², 24 m² e 30 m², com a largura mínima de 3,5 m;

1.2.3 - Os quartos devem ter arejamento e iluminação naturais e exposição directa ao sol, em condições satisfatórias, e, simultaneamente, permitir o seu completo obscurecimento através de comando interno;

1.2.4 - As portas dos quartos devem possuir fechaduras de fácil abertura pelo pessoal;

1.2.5 - As janelas devem ser concebidas de modo a salvaguardar a integridade física dos utentes;

2 - Equipamentos.

2.1 - Equipamento técnico e geral:

2.1.1 - Os quartos devem dispor de sistema de chamada, um por cama;

2.1.2 - Cada quarto deverá dispor, no mínimo, de uma tomada de corrente por cama;

2.1.3 - As camas devem dispor de uma fonte de luz à cabeceira;

2.1.4 - Equipamento geral de apoio:

2.1.5 - Todo o equipamento dos quartos deve ser concebido de modo a não se apresentar agressivo para utentes eventualmente agitados ou confusos.

2.2 - Equipamento médico:

2.2.1 - Electrocardiógrafo, afecto às diferentes áreas de internamento;

2.2.2 - Cada área ou unidade de internamento deve ter imediato acesso a um carro de emergência apetrechado com desfibrilhador, oxigénio respirável e equipamento de ventilação manual.

ANEXO II

Requisitos Mínimos das Unidades de Ar Condicionado e Condições Ambientais a Considerar, para os Efeitos do n.º 2 do Artigo 15.º

- 1 - Temperatura do termómetro seco: 20°C a 24°C;
- 2 - Humidade relativa: 50%;
- 3 - Nível de ruído: 35 NC.

ANEXO III

Equipamento Mínimo a Considerar na Desinfecção e Esterilização de Materiais e Equipamentos das Unidades, para os Efeitos do n.º 2 do Artigo 16.º

I - Autoclave a vapor de capacidade adequada à dimensão das unidades, incluindo ciclo de pré-vácuo;

2 - Máquina de lavagem e desinfecção do material.

ANEXO IV

Equipamento Mínimo a Considerar na Confeção da Alimentação nas Unidades, para os Efeitos do Artigo 18.º

I - Unidades que assegurem a confeção da alimentação:

a) Fogão a gás, do tipo industrial, de quatro bocas, placa grelhadora e forno;

- b) Fritadeira mergulhante, do tipo industrial, com a capacidade mínima de 10 l;
- c) Máquina universal, com acessórios e carro, do tipo industrial;
- d) Máquina de lavar louça com programa de desinfecção térmica;
- e) Apanha-fumos;
- f) Electrocutor de insectos;
- g) Máquina de descascar batatas.

2 - Unidades que não assegurem a confecção da alimentação:

- a) Fogão a gás e forno ou placa eléctrica de aquecimento e forno microondas;
- b) Placa grelhadora;
- c) Batedeira semi-industrial com acessórios;
- d) Máquina de lavar louça com programa de desinfecção térmica;
- e) Electrocutor de insectos;
- f) Exaustor de, cheiros.

ANEXO V

Equipamentos Mínimos a Considerar na Lavagem e Tratamento de Roupas nas Unidades, para os Efeitos do Artigo 19.º

1 - Unidades com lavagem e tratamento da roupa utilizada:

- a) Máquina de lavar roupa com programa de desinfecção térmica,
- b) Secador;
- c) Ferro de engomar, do tipo industrial, com produção de vapor;
- d) Calandra;
- e) Tábua de engomar do tipo industrial.

2 - Unidades que não procedam à lavagem e tratamento da roupa utilizada:

- a) Máquina de lavar roupa do tipo doméstico;
- b) Ferro de engomar com produção de vapor;
- c) Tábua de engomar.

ANEXO VI

Equipamentos Frigoríficos Mínimos a Considerar nas Unidades para os Efeitos do Artigo 20.º

1 - Unidades que asseguram a confecção da alimentação - câmaras frigoríficas para carne, peixe, lacticínios, fruta, legumes e congelados;

1.1 - As capacidades das câmaras frigoríficas devem estar em conformidade com a dimensão das unidades;

1.2 - As temperaturas e os graus de humidade das câmaras frigoríficas devem estar em conformidade com o normalmente praticado em idênticas situações.

2 - Unidades que não assegurem a confecção da alimentação - frigorífico do tipo doméstico, com a capacidade mínima de 300 l e congelador independente.